

1
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**
3 **Lei Municipal nº 1378/94**
4 **Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

5
6 **Ata nº 16 /2014**
7

8 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de
9 Santos – CMAS, realizada no dia **02 de Dezembro de 2014**, na sede da Casa de
10 Participação Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a
11 presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo
12 que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, às 9 horas, a Sra. Maria de
13 Lourdes Braz Joaquim Velasques, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de
14 todos os presentes e informa que a interprete de LIBRAS não está presente. A seguir,
15 pede uma inversão na pauta para ler o que foi decidido na reunião da Diretoria
16 Executiva, no dia 28/11: elaboração do calendário anual de 2015, composição das
17 comissões – lembrando a todos os conselheiros, que está no estatuto deste conselho a
18 obrigatoriedade da participação dos conselheiros titulares e suplentes em algumas das
19 comissões; colocação da RN dos Benefícios Eventuais; a ata de novembro será
20 apresentada na AGO de janeiro/15; em reunião com a SEAS questiona-se o fato de já
21 ter enviado dois ofícios para a ONG Instituto Energia esclarecer o relatório elaborado
22 que não atende o solicitado e não é claro na sua justificativa, foi definido que a ONG
23 Instituto Energia será convidada para esclarecer ou receber orientações em uma
24 reunião com a Diretoria Executiva no dia 12/12/14 às 14 horas; a ONG Estrela do Mar
25 teve seu Projeto Construindo o Futuro foi encerrado e foram enviados dois ofícios para
26 que a mesma esclareça os questionamentos dos ofícios; foi aberto um edital nº
27 02/2014 para abordagem de crianças e adolescentes e duas entidades se inscreveram:
28 ASPPE e a Estrela do Mar; foi questionado os valores da per capita serem diferentes
29 para a prestação de serviços com o mesmo objetivo; a íntegra deste relato se encontra
30 no anexo desta ata. **Item 3 – Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral**
31 **Ordinária do dia 04/11/2014:** será apreciada em janeiro/2015. **Item 1 – Apreciação e**
32 **Deliberação da Rede Cofinanciada 2015:** o Sr. Leandro fez a apresentação, a SEAS
33 optou por ação de continuidade dos serviços conveniados e não se abriu nenhum novo
34 edital, salvo exceção do de abordagem e os demais serviços foram de continuidade. Na
35 Proteção Social Básica temos apenas uma alteração que foi o encerramento com a
36 Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, das 70 vagas foram concluídas
37 apenas 36; e a SEAS irá centralizar todos os projetos que focam em inclusão produtiva
38 na CODESO – Coordenadoria de Desenvolvimento Social. A ONG PróViver irá fazer o
39 reordenamento do serviço e a meta para 2015 seriam de 100 vagas, valor do convênio
40 R\$ 71.800,00; e GALP será o responsável pelas oficinas de costuras, restauração de
41 móveis, marcenaria, a meta é de 370 e o valor de R\$ 141.600,00. Estes dois estão sob a
42 gerência da CODESO e o pagamento dos dois será para oficineiros e o material de
43 consumo a equipe técnica responsável para o acompanhamento será a da CODESO. O
44 Salão Auto-estima também é gerenciado pela CODESO e tem uma meta de 160 vagas
45 para 2015, de famílias reverenciadas no CRAS e CREAS, anteriormente o Salão Auto-
46 estima era aberto aos munícipes, as pessoas se inscreviam, e o nosso público da
47 assistência social acabava ficando de fora. Em 2014 conseguimos que 100% das vagas
48 fossem dos atendidos da assistência social. Anteriormente a pessoa tinha que pagar o

49 material e hoje todo o material é gratuito e fornecido pela SEAS, o valor do convenio
50 permanece em R\$ 124.800,00 para o ano de 2015. A ASPPE irá dar continuidade ao
51 projeto do ACESSUAS Pronatec, o MDS tem como meta para este município 1274 de
52 famílias que devam ser mobilizadas para serem incluídas nos cursos do Pronatec em
53 2015, o trabalho que a ASPPE vem desenvolvendo é notório alcançando todas as
54 metas, com prazo de 5 meses, e com repasse de R\$ 161 Mil Reais. A garantia de acesso
55 ao mundo de trabalho para pessoas com deficiência tem dois convênios que estão em
56 execução que são: APAE e o 30 de Julho. APAE com uma média de 50 pessoas e o 30 de
57 Julho com uma média de 65 pessoas que trabalham inclusão produtiva e ao acesso ao
58 mundo do trabalho de pessoas com deficiência. O valor de repasse para a APAE é de R\$
59 63.600,00 e para o 30 de Julho o valor do repasse será de R\$ 82.680,00 para o ano de
60 2015, o valor difere uma vez que a meta é diferente. PSB – Convívio e Fortalecimento
61 de Vínculo a SEAS propõem a continuidade do projeto Artessência, gerido pelo
62 Educandário Santista, público: crianças, adolescentes e idosos, que trabalha os grupos
63 referenciados do CRAS e CREAS, o valor para o ano de 2015 é de R\$ 515 Mil Reais, este
64 projeto referencia 7 serviços. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente coloca para
65 aprovação da plenária a rede cofinanciada de 2015 da PSB e a mesma é APROVADA por
66 unanimidade. O Sr. Leandro continua a apresentação: Médias Complexidades para o
67 ano de 2015 têm a proposta de convênio com o Instituto Energia – que é o serviço de
68 proteção social especial para idosos em situação de violência que são referenciados ao
69 CREAS, que já executou em 2014 e para o ano de 2015 temos uma alteração que a
70 SEAS optou que o projeto não tenha equipe técnica uma vez que a equipe técnica é
71 referencia do serviço público que é a equipe do CREAS, o convênio irá ficar com uma
72 ação complementar a este atendimento técnico que é o atendimento domiciliar a
73 pessoa idosa com o terapeuta ocupacional e os agentes de atividades lúdicas, é um
74 fortalecimento junto ao cuidador e junto da pessoa idosa, o recurso passa para R\$ 135
75 Mil Reais para o ano de 2015. Temos ainda o serviço de abordagem social para crianças
76 em situação de rua e ou trabalho infantil que até outubro de 2014 era realizado pela
77 ONG Estrela do Mar, por todas as dificuldades já apresentada neste conselho optou-se
78 pela não continuidade do convênio encerrando em outubro/2014. A SEAS lançou um
79 edital público com a proposta de um novo convênio para 2015 do serviço de
80 abordagem social para crianças em situação de rua e ou trabalho infantil, duas
81 entidades entregaram os projetos: Estrela do Mar e a ASPPE. O parecer das duas
82 propostas se encontra no anexo desta ata; e após os pareceres se optou a favor da
83 ASPPE. O valor em 2014 foi de R\$ 459 Mil Reais e para o ano de 2015 o valor passa a
84 ser de R\$ 400 Mil Reais. Tínhamos o convênio com o Prato de Sopa Monsenhor
85 Moreira, com o projeto chamado João de Barro, que era um reordenamento do
86 serviço, em 2013 este projeto era conveniado pela SEAS e para 2014 foi triplicado o
87 valor do convênio passando para R\$ 150 Mil Reais em 2014 para o atendimento da
88 população em situação de rua através de oficinas em horário integral, através do
89 monitoramento foi verificado que a ONG Prato de Sopa Monsenhor Moreira não
90 conseguia executar a proposta, em julho/2014 foi avisado à mesma que era preciso
91 realizar o plano de ação executando o que estava previsto, então a SEAS suspendeu o
92 repasse do recurso, diante da dificuldade de se realizar as ações a SEAS opta para a não
93 continuidade no ano de 2015. Os serviços serão reordenados para o CentroPop. A Sra.
94 Maria de Lourdes – Presidente coloca para aprovação da plenária a rede cofinanciada
95 de 2015 da Média Complexidade e a mesma é APROVADA por unanimidade. O Sr.

96 Leandro continua a apresentação: Alta Complexidade para o ano de 2015, serviço de
97 acolhimento institucional de criança e adolescente: Vó Benedita, Casa da Criança,
98 Anália Franco e Santo Expedito com capacidade máxima de 20 crianças ou
99 adolescentes, recurso para o ano de 2015 permanece inalterado, a Vó Benedita o valor
100 permanece de R\$ 502.263,00; a Casa da Criança o valor é de R\$ 240 Mil Reais. A Sra.
101 Rosana Gomes, questiona o porquê desta diferença? O Sr. Leandro responde que deste
102 do ano de 2013, a SEAS colocou que as entidades apresentassem uma proposta de
103 convênio e de recurso, e a proposta apresentada pela Casa da Criança foi de R\$ 240 Mil
104 Reais, e deste então estamos apenas renovando por não ter condições de aumentar o
105 recurso; e a proposta que a Sra. Maria de Lourdes – Presidente trouxe para este
106 conselho foi estudar e discutir que estes recursos sejam equiparados em relação a
107 criança/adolescente/bebê acolhidos, tendo assim uma equidade de per capita. A Sra.
108 Maria de Lourdes – Presidente diz que a proposta do conselho é fazer esta discussão
109 para que possamos verificar o per capita, este conselho presa pela transparência,
110 reunião esta que será marcada para o próximo dia 12 em conjunto com o CMDCA e
111 CMAS; outra questão é quanto à qualidade do atendimento nestas instituições –
112 padrão de qualidade de atendimento. O Sr. Leandro fala que as entidades: Anália
113 Franco e Vó Benedita estão em isonomia de atendimento, uma vez que a per capita é
114 praticamente a mesma quando se divide o valor pelo número de crianças atendidas. As
115 entidades que estão de fora desta isonomia são: Casa da Criança e o Santo Expedito e
116 apesar de aparecer R\$90 mil Reais a SEAS paga fora Fundo – o aluguel da casa, água, a
117 luz através de outro convênio com lei específica para se somar ao recurso do Fundo.
118 Temos que discutir a isonomia de valores uma vez que todos atendem o mesmo
119 público e também o padrão de qualidade que é uma questão do reordenamento dos
120 serviços e para isto o CMAS não deve fazer sozinho, pois temos um conselho que
121 discute a política da criança e do adolescente – CMDCA. A Sra. Presidente Maria de
122 Lourdes diz que a discussão de padrão de qualidade é muito mais para o CMDCA do
123 que para o CMAS, a política da assistência ela é transversal e por isto provocamos as
124 outras políticas. A Sra. Presidente Maria de Lourdes suger que cabe a instituição
125 apontar e levar para a SEAS suas dificuldades pedindo que seja revisto e que a
126 isonomia seja tratada. O Sr. Leandro apresenta agora os dados da população em
127 situação de rua, temos a abrigo de mulheres com ou sem filhos com uma capacidade
128 para 24 vagas, que é executado pela ONG Vidas Recicladas, abrigo este conhecido
129 como Casa das Anas – valor do convênio R\$ 473.950, 40 - ano; o convênio com o
130 Albergue Noturno com capacidade de 50 vagas – com valor de R\$ 420.000,00 – ano.
131 Acolhimento de pessoas com deficiência tem duas unidades com modalidade
132 residência inclusiva: Casa do Paraplégico e o 30 de Julho, cada um tem uma meta de 10
133 acolhidos – o valor ano é de R\$ 330.000,00 para cada uma. Temos o acolhimento do
134 Mensageiros da Luz o valor R\$ 100.000,00 – ano, com meta de 35 vagas. Acolhimento
135 de idosos a SEAS tem conveniado com o recurso do Fundo Municipal da Assistência
136 Social – FMAS: Sociedade São Vicente de Paulo com capacidade para acolher 25 idosos
137 no valor anual de R\$ 159.401,20. Temos também convenio com a Casa do Sol e Lar
138 Evangélico, só que estes dois convênios não estão alocados no FMAS e sim recebem
139 recursos da própria SEAS. A Sra. Presidente Maria de Lourdes coloca para aprovação da
140 plenária a rede cofinanciada de 2015 de Alta Complexidade e a mesma é APROVADA
141 com a ressalva da instituição Casa da Criança que fará uma solicitação a SEAS de
142 isonomia. O Sr. Leandro ao ser questionado referente a Clínica São José explica que

143 não é convenio e sim uma prestação de serviço – contratação de vagas em ILPI, onde
144 existe um processo licitatório com pregão eletrônico e depois formalizado um contrato
145 com a SEAS, qualquer ILPI do município pode participar deste edital e ganha a de
146 menor preço, são 23 vagas contratadas; existe uma discussão da SEAS com a Secretaria
147 de Saúde pois entendemos que contratação de vagas em clínicas não é da assistência e
148 sim da Secretaria de Saúde. No seguimento idoso temos três modalidades: 1)
149 prestação de serviços – através de edital, 2) convênio via FMAS, e 3) convênio com lei
150 específica que são com as entidades: Casa do Sol e Lar Evangélico. Esta planilha será
151 publicada no Diário Oficial, ficará no anexo desta ata e estará a disposição no portal do
152 conselho. A conselheira Sra. Josenice pede uma ressalva com relação ao do Albergue
153 Noturno, irá fazer sua colocação para a SEAS. A Presidente Sra. Maria de Lourdes
154 confirma com a plenária que a rede cofinanciada da SEAS para 2015 foi aprovada com
155 duas ressalvas: Casa da Criança e Albergue Noturno. APROVADA. O Sr. Leandro leu o
156 parecer onde a Comissão aprovou o projeto da ASPPE para o serviço de abordagem
157 social – este parecer se encontra em sua íntegra no anexo desta ata; este convênio não
158 irá iniciar-se em janeiro/2015 por conta que a ASPPE deve entregar para este conselho
159 a documentação solicitada, enquanto isto a SEAS irá executar de forma direta em
160 dezembro/2014 e janeiro/2015 a abordagem social de crianças e adolescentes em
161 trabalho infantil ou em situação de rua por meio de contratação emergencial de
162 profissionais para esta execução; entendemos que estes profissionais sejam
163 capacitados e o convênio os absorva para continuar a desempenhar suas funções, pois
164 assim já sabem o público que irão abordar e como executar. A Sra. Luci Freitas
165 colaboradora pede a palavra e diz que no D.O. do dia 06/11/2014 nas páginas 12,13 e
166 16 o prazo da entrega da documentação que foi publicado é muito curto e questiona se
167 todos receberam e-mail deste edital, pois encontrou com pessoas na rua que não
168 sabiam deste edital e que deveriam ter sido enviado até para o CMDCA, e que o prazo
169 deveria ser de no mínimo de 30 dias para a entrega da documentação. A conselheira
170 Sra. Fernanda Souza pede a palavra e diz que este projeto que já vem desde o ano
171 passado e que nenhuma ONG queria fazer. A Sra. Josenice diz que isto é um processo
172 que todo ano sai e as ONG's devem a partir de setembro estarem preparadas, pois
173 estes editais saem á toque de caixa, cabem a elas estarem aptas para tal; e nenhuma
174 instituição entrou com representatividade junto a SEAS, e há 3 anos estamos
175 trabalhando com este modelo de plano de ação. A Sra. Lucilene pede a palavra e diz
176 que quando tomaram ciência da questão do edital que é um edital muito específico e
177 saiu agora que o próprio CMDCA financia vários serviços nesta vertente de
178 enfrentamento ao trabalho infantil e não existe entidade nenhuma que se coloca para
179 fazer isto, e se houve realmente alguma instituição interessada a própria pediria uma
180 retificação do edital. A Sra. Josenice diz que a SEAS conversou com as 3 P's – POIESIS,
181 Pró Viver e PROECO no ano de 2013 e as mesmas não quiseram executar. A Sra.
182 Fernanda Souza diz que a Pró Viver não demonstrou interesse porque o objeto do
183 convênio foge do que está proposto nas ações da entidade. O Sr. Leandro relata que o
184 edital pediu experiência não foi para exclui às entidades, mas sim ter já como base a
185 experiência do serviço que será executado com qualidade. No primeiro edital não foi
186 pedido experiência e também nenhuma entidade se inscreveu. Em 2013 a SEAS
187 convidou 3 entidades para executarem o serviço e nenhuma quis, então abriu um
188 edital de seleção pública no qual não exigia experiência, e apenas uma entidade se
189 inscreveu que foi conveniada e executou, correu todo o ano de 2014 e todos aqui do

190 conselho sabemos das dificuldades que foram este convênio e visando corrigir isto o
191 edital previu que fosse necessária a experiência para que possamos ter um serviço de
192 qualidade dada a complexidade do serviço. A Sra. Fernanda de Souza pede a palavra e
193 diz que não é que ninguém quis, mas sim que não iria se inscrever a fazer uma ação
194 que não está dentro da missão de sua entidade e que também não tenha pernas, não
195 simplesmente se inscrever por conta do dinheiro, pois temos que ter capacidade e
196 discernimento para dizer que não posso; e não se inscrever e não realizar as ações e o
197 trabalho que foi proposto, e ter que devolver a verba e o município ser prejudicado em
198 relação ao serviço proposto. O Sr. Leandro complementa que quem tem de fato
199 experiência e executa o serviço vai saber fazer um plano de ação em dois ou três dias.
200 A Presidente Sra. Maria de Lourdes fala que a instituição que ganhou já executa este
201 trabalho no município de Praia Grande. **Item 2 – Apresentação do Censo SUAS 2014 –**
202 **CMAS:** O Sr. Leandro faz a apresentação e diz que anualmente o MDS pede ao
203 município para que responda a alguns questionamento referente a Censo para
204 identificar como está a execução do serviço, como está a execução da Gestão e como
205 está a execução dos Conselhos. Este ano a SEAS respondeu ao Censo sobre os CRAS,
206 CREAS, CentroPop, Serviços de Acolhimentos, serviços de convivência e fortalecimento
207 de vínculos e da Gestão da própria SEAS, compete ao CMAS apresentar ao MDS o
208 Censo com as suas ações, sua estruturas. E cabe também lembrar que o prêmio que
209 este conselho ganhou em 2013 também foi com base nos preenchimentos destes
210 dados. Sempre falamos da responsabilidade de cada conselheiro e do papel ao qual ele
211 representa sendo um agente público, seu nome fica por 5 anos, todos os conselheiros
212 tem seus nomes registrados junto ao MDS, e qual órgão representa, quando inicia seu
213 mandato e até quando termina, então ser conselheiro não é apenas vir nas AGO's e
214 que como agentes públicos deliberamos sobre a política social no município de Santos.
215 A apresentação em sua íntegra se encontra no anexo desta ata. **Item 4 – Apresentação**
216 **da Reunião Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social –**
217 **Salvador/BA:** A Presidente Sra. Maria de Lourdes fala que a Diretoria Executiva esteve
218 presente nesta reunião e gostaria de saber se todos os conselheiros titulares e
219 suplentes receberam via e-mail o material que nos foi disponibilizado, sim todos
220 receberam. A Sra. Flávia Valentino traz um relato de sua participação na cidade de
221 Salvador entre os dias 17 e 19 de novembro de 2014, o tema foi Representação e
222 Representatividade – Desafio essencial para o controle social. O cenário atual da real
223 identidade e a representação dos segmentos construindo ou não a representatividade:
224 600 mil trabalhadores do SUAS, 17 mil entidades/ONG's de assistência social, 55
225 milhões de famílias beneficiadas pelo PBF, 4,1 milhões de pessoas beneficiadas com o
226 BPC e 2 milhões de famílias em acompanhamentos no SUAS. A participação social é a
227 mobilização dos padrões sociais de civilidade; a formação do campo político de
228 diferentes atores, usuários e trabalhadores, conselheiros, entidades e movimentos
229 sociais; serviços atuando no território; controle social (Conferência, Conselhos, Fóruns,
230 Comissões e etc.). Desafios para a participação social na política da assistência Social:
231 fortalecer a atuação dos CMAS's em especial aos municípios de pequeno porte; apoiar
232 os conselhos nas ações de mobilização social; elevar a oferta de capacitações para
233 conselheiros; fortalecer os conselhos enquanto espaço de recebimento de denúncias;
234 melhorar a estrutura física e o RH dos conselhos; fortalecimento dos conselhos. O
235 Decreto que mais foi citado em toda a reunião foi o de Nº 8.243 de 23/05/2014 –
236 Institui a Política Nacional de Participação Social. A Sra. Fernanda Souza diz que

237 participou da oficina onde o Sr. Leandro estava representando nosso município e foi
238 bem visível a diferença e as colocações; temos ainda muito a avançar, mas somos um
239 conselho muito avançado a nível nacional, pois tinham representantes de todos os
240 estados e nosso conselho está há frente até do conselho do DF, por isto parabenizo a
241 Sra. Secretária Rosana Russo com relação ao uso do IGD porque existe vários
242 municípios que o Gestor não disponibiliza este valor ao conselho, que é um direito do
243 conselho, onde o mínimo são 3 % do IGD. Quando o Sr. Leandro colocou que as viagens
244 eram pagas com recurso do IGD do conselho foi muito questionado de que forma
245 conseguiu este recurso. Este privilégio de nosso município e de um olhar da Sra.
246 Secretária da SEAS em reconhecer que o conselho é um ator principal e atuante na
247 política pública da assistência social. Por mais que tenhamos dificuldade ainda assim
248 estamos muito na frente de vários municípios. Parabenizo o Sr. Leandro que nos
249 representou muito bem em sua participação como palestrante na reunião
250 Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social – Salvador/BA, pois várias
251 pessoas depois queriam conversar com ele para saber maiores detalhes. O Sr. Leandro
252 informa que foram cinco oficinas e que um dos temas era sobre a representação dos
253 trabalhadores do serviço público no conselho e isto será um avanço na
254 representatividade no conselho, pois até agora a orientação do CNAS é que servidor
255 público não pode representar trabalhadores na sociedade civil, então se questiona o
256 porquê não se ele é um trabalhador do SUAS? Ele não representa Governo, ele é
257 Gestão mas não representa Governo naquele conselho, ele representa trabalhador do
258 SUAS enquanto sociedade civil; está sendo revisto e ainda não foi regulamentado é
259 uma discussão a nível Nacional. A Sra. Fernanda Souza diz que este trabalhador não
260 deve ser punido por seu Secretário quanto suas colocações. A Sra. Presidente Maria de
261 Lourdes informa que foi uma solicitação de que se colocasse na pauta das AGO o item
262 informes sobre trabalhadores do SUAS, como não ocorreu nenhuma apresentação
263 acabamos por retirar este item da pauta. A Presidente Sra. Maria de Lourdes relata que
264 ficou na oficina de controle social e o CNAS recomenda que cada conselho crie um
265 código de ética, ou tenha o código de ética do CNAS, que tenha comissões temáticas:
266 do PBF, do trabalho infantil – PETI, do BPC; e também fala da questão dos padrões de
267 qualidade. E uma grande conquista nesta reunião é que foi fundado o Fórum Nacional
268 dos Usuários do SUAS, no qual já apresentaram três prioridades para o ano de 2015:
269 instalar os Fóruns municipais e estaduais, aprovar a Carta de Princípios em plenária na
270 10ª Conferência Nacional da Assistência Social e eleger a coordenação nacional do
271 Fórum Nacional. Temos que discutir a participação dos usuários nas conferências e em
272 outros eventos dando a oportunidade de todos se capacitarem e se apropriarem da
273 política. A nossa ideia para o início de 2015 é fazer um calendário para que os usuários
274 tenham acesso a estes fóruns, eventos. A Sra. Fernanda de Souza salienta que o tema
275 foi: Representação e Representatividade, mas havia poucos representantes de
276 usuários, apenas 8 de Salvador. O IGD tem que garantir todo o custo da viagem, não
277 adianta garantir a hospedagem, como o usuário irá pagar a passagem; pois nós fomos
278 pagando cada um o seu voo. O Sr. Leandro salienta que na maioria dos conselhos existe
279 o representante do usuário e não o usuário se representando, ou seja, alguém que vai
280 falar pelo usuário e nós neste conselho temos 5 representantes usuários. **Item 5 –**
281 **Relato das Comissões Temáticas:** O Sr. Leandro faz a leitura do relatório da Comissão 3
282 que se reuniu no dia 26/11/2014 a pauta foi a inscrição do projeto Pescar, ciência do
283 relatório de visita do Instituto Evolução, e ciência do relatório de visita do Instituto

284 Mensageiros da Luz, a íntegra deste relatório se encontra no anexo nesta ata. **Item 6 –**
285 **Relato das Comissões: ODM, CMPETI, COMAD, COMAIDS, CONDEFI, CEVISS,**
286 **Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito Amigo da Criança e Instância de**
287 **Controle Social do Programa Bolsa Família:** A Presidente Sra. Maria de Lourdes
288 informa que foi definido que à partir de janeiro este item sai da pauta. A Sra. Tânia,
289 conselheira, fala que participou da ODM na qual foi discutido ações no Programa
290 Município VerdeAzul do meio ambiente onde foram definidos 10 itens e em nossa
291 região a preocupação é com o ar, água e a coleta de lixo. O Sr. Leandro fala que no dia
292 15 se reuniram a comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família,
293 no bairro do Rádio Clube na sede da ONG Mãos Entrelaçadas, onde saiu um acordo em
294 conjunto com o território e a SEAS para discussão de casos de quebra de
295 condicionalidade. A Sra. Luci Freitas colaboradora pede a palavra e diz que CEVIS,
296 CMPETI e CMDCA devem fazer planejamentos das ações para a nova gestão a partir do
297 dia 15 de dezembro com a efetiva participação das comissões municipais com relação a
298 necessidade de apoio as campanhas permanente de prevenção de enfrentamento de
299 violação de direitos – datas de eventos, com datas fixas nas 3 esferas com interface
300 com a SECOR; é notória a ausência de conselheiros governamentais nas comissões.
301 **Item 7 – Informes do Gestor:** A Sra. Rejane avisa que será lançada uma campanha e o
302 contrato dos profissionais será por RPA, o grupo chamado será Os PANTANAS, onde
303 eles irão fazer pequenas cenas mostrando o trabalho infantil: malabares, engraxate e
304 esmolar. Serão ao todo 90 apresentações com duração de uma hora e meia cada em
305 diversos lugares. A previsão é de que se inicie até o dia 15 de dezembro. Estamos
306 também contratando 6 profissionais de nível superior, por RPA o serviço de abordagem
307 do trabalho infantil enquanto o projeto da ASPPE não se inicia, são 3 horários
308 específicos (10:00 às 14:00 / 14:00 às 18:00 / 18:00 às 20:00) com 4 horas de duração
309 de terça-feira à domingo, serão uma dupla por cada horário, nos locais de maior
310 incidência de trabalho infantil. A duração deste contratos podem ser de 2 ou 3 meses.
311 A Sra. Luci Freitas pede a palavra e solicita material de pequeno porte, não
312 necessariamente folder, para a divulgação de onde denunciar o trabalho infantil e que
313 deveria ser um telefone de apenas 3 dígitos para facilitar a fixação na memória de
314 todos. A Sra. Rejane pede que a Sra. Luci passe um e-mail solicitando qual material
315 necessita para que seja providenciado. A Sra. Rosana Gomes informa que nos dias 11 e
316 12 de dezembro estará sendo realizado um seminário estadual da população em
317 situação de rua, em conjunto com a Secretaria da Cultura e irão levar alguns atores da
318 população acolhida no SEACOLHE- AIF. **Item 8 – Informes do CMAS:** O Sr. Leandro
319 coloca para aprovação da plenária uma Resolução Normativa em conjunto com o
320 CMDCA , onde se trata de critérios elegibilidade de partilha de recursos com base na
321 equipe exclusiva de acolhimento de crianças e adolescentes, caso a equipe não seja
322 exclusiva o convênio seja passível de alguma punição – APROVADA. O Sr. Leandro faz
323 uma colocação para aprovação da plenária, caso não seja aprovado esta resolução no
324 CMDCA, a mesma será exclusiva do CMAS – APROVADA. A Sra. Presidente Maria de
325 Lourdes fez a leitura do documento – Plano Municipal da Assistência Social, que foi
326 preenchido para a Secretaria de Assistência Social como os dados básicos do conselho,
327 a íntegra deste documento se encontra no anexo desta ata. **Item 9 – Assuntos Gerais:**
328 A Sra. Luci Freitas diz que no D.O. de hoje – 02/12/2014 página 05 foi publicada a Lei
329 3.056 – refere-se a guarda provisória, esta confusa no artigo 6, inciso 3º onde cita que
330 as famílias devem ser inscrita no CADÚNICO. O Sr. Leandro esclarece que para todos os

331 programas de governo as famílias devem estar inscrita no CADÚNICO, é uma diretriz da
332 Política Nacional. O Sr. Ângelo informa que a Secretaria da Cidadania realizará dois
333 eventos: dia 03/12 – Virada Inclusiva, às 19 horas no CAIS Vila Matias e o outro dia
334 07/12 – Onda da Paz, às 10 horas em toda a Orla da Praia – do Aquário até o Emissário.
335 A Sra. Vera – representando a Central de Egressos e Família – apresenta o serviço,
336 explicando que é uma política pública que tem por finalidade dar assistência direta ao
337 egresso contextualizado no seu âmbito familiar, buscando autonomia e cidadania;
338 quando souberam de alguém que necessite deste auxílio podem encaminhar para
339 CAEG - telefone: 3224-1543, estamos a disposição do município para ajudar a somar. A
340 Sra. Luciene, conselheira, diz que sábado passado fez a primeira reunião itinerante e a
341 maior dúvida era referente ao CADÚNICO e o Programa Bolsa Família. O Sr. José Amado
342 manifesta repudio de não ter nesta assembleia um interprete de LIBRAS. Sem mais
343 assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente e eu Flávia Valentino,
344 lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pela Presidente, Sra.
345 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques.

346

347

348 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Flávia Valentino

349

Presidente

1ª Secretaria